

CARTA-PROGRAMA

CHAPA: Avante Sindsemp!

PRESIDENTE: Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes – Analista - CMTI

SECRETÁRIO GERAL: Marciane Sousa Moreno Dutra – Téc. Admin. – Imperatriz

DIR. FINANÇAS, PAT. E CONTROLE: Joselice de Sousa Gonçalves – Executora – Prom. Capital

DIR. COMUNICAÇÃO: Letícia Soares Bezerra – Executora - Codó

DIR. ASSUNTOS JURÍDICOS: Lucélia Gomes De Macedo – Executora - Caxias

Colegas servidores,

Apresentamos nossa chapa Avante Sindsemp! que foi formada contemplando a maior variedade de cargos possíveis, nas mais diferentes localidades, sem desconsiderar o quantitativo e a importância de cada servidor em cada uma das localidades em que estamos presentes como servidores do Ministério Público do Maranhão.

Queremos continuar o fortalecimento do Sindsemp-MA e defenderemos o direito de todos os cargos, seja auxiliar, técnico, analista, efetivo, comissionado ou requisitado, ativos e inativos, sem segregar, ou excluir. Conosco todos terão vez e voz.

Por isso, pedimos o seu voto.

Muito obrigada!

QUAIS SÃO NOSSAS PROPOSTAS?

❖ GARANTIA DE DIREITOS DA CATEGORIA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, SALÁRIOS, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL:

- ✓ Assegurar as reposições inflacionárias anteriores e o cumprimento da data base;
- ✓ Intervir para a aprovação do Novo PCCS, sem alterações nos pontos essenciais para a categoria, dentre eles:
 - ✓ Criação da Gratificação por Atividade Externa (GAE) no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento base para quem de direito, destacando-se as assistentes sociais;
 - ✓ Criação da Gratificação por Serviços Eleitorais; e
 - ✓ Criação do Auxílio Saúde;
- ✓ Lutar pela isonomia do auxílio alimentação;
- ✓ Combater o assédio moral;
- ✓ Acompanhar de perto e cobrar as atividades dos escritórios de advocacia e o andamento dos processos;
- ✓ Cobrar sobre a regulamentação da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, de forma paritária;
- ✓ Cobrar a implementação da Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho - CSST, também de forma paritária, e da Secretaria Executiva, integrada por três servidores efetivos, com o intuito de dar operacionalidade às deliberações e decisões da CSST na gestão do Programa de Saúde e Segurança Funcional;

- ✓ Reivindicar melhores condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho, principalmente quanto a aspectos ergonômicos, de iluminação, ruídos, salubridade, grau de estresse do trabalho, jornada e ritmo de trabalho adequados a cada cargo, relação interpessoal entre superior e subordinado etc.

- ❖ **ORGANIZAÇÃO INTERNA DO SINDSEMP E EXECUÇÃO DAS DECISÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS:**
 - ✓ Propor alteração no estatuto, considerando os seguintes pontos:
 - ✓ Transformar a diretoria em um colegiado;
 - ✓ Permitir a rotatividade entre as funções dos membros do colegiado;
 - ✓ Criar assessorias especiais vinculadas a uma diretoria, com qualquer número de sindicalizados, de livre nomeação e exoneração por parte do colegiado, para que estas assessorias contribuam de forma efetiva na atuação do sindicato. Sendo criadas, num primeiro momento, as assessorias: jurídica, de comunicação, de aposentados, de segurança ocupacional e saúde do trabalhador, de capacitação e reciclagem e de atuação nacional.

- ❖ **FORTALECIMENTO DA CATEGORIA EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL:**
 - ✓ Continuar com a representação da categoria no Fórum Nacional Permanente de Trabalhadores do MP – FORUMMP, buscando, em âmbito nacional, o alcance dos nossos objetivos, principalmente no tocante a pauta da Carta de Natal, listada a seguir:
 - Defesa contínua de um Ministério Público democrático, probo, atuante, independente, autônomo e indivisível.
 - Defesa do direito de voto de trabalhadores e trabalhadoras do Ministério Público para escolher os dirigentes da Instituição e participarem das instâncias administrativas.
 - Fim da escolha dos Procuradores Gerais do Ministério Público pelos Chefes do Poder Executivo.
 - Assegurar assento para a representação dos servidores da instituição no Colégio de Procuradores, com direito a voz e voto.
 - Defesa de uma carreira unificada dos ramos do Ministério Público, com um padrão remuneratório adequado, respeitando e regulamentando as atribuições específicas dos cargos.
 - FIM DO ASSÉDIO: Combater o assédio moral e sexual no âmbito do Ministério Público.
 - Fim do auxílio-moradia e impedimento de criação de outros benefícios que tenham valor abusivo ou sejam de natureza imoral.
 - Ampliação do quadro de trabalhadores efetivos na Instituição, assegurando o concurso público como regra absoluta para provimento de cargos.
 - Controle da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA (imposto sindical) pelo sindicato de base, com autonomia para definir sua destinação.
 - A criação de uma entidade sindical de representação nacional democrática, eleita pela base, com mandatos rotativos e sujeitos a recall e financiamento voluntário pela base, incorporando mecanismos de consultas.
 - Instituir Ouvidoria Externa do MP eleita por fórum de entidades dos segmentos da sociedade civil.
 - Exigir o repasse integral do duodécimo orçamentário constitucional destinado ao MP de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal.
 - Defender a realização de Consultas Prévias, antes das Eleições para Procurador Geral e Diretores/Coordenadores de Promotorias, garantindo-se nesta Consulta a participação dos servidores efetivos.
 - Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal e aprovação do limite de 4% para gasto com pessoal pelo Ministério Público.
 - ✓ Continuar com a representação da categoria no Conselho Superior do Fundo de Pensão e Aposentadoria – CONSUP, com o intuito de fiscalizar e influir na gerência da FEPA – Fundo de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão e FUNBEN – Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão.

- ❖ **SERVIÇOS EM FAVOR DA CATEGORIA:**
 - ✓ Criar uma rede diversa de descontos para os sindicalizados e seus familiares.

- ❖ **COLABORAÇÃO COM A FEDERAÇÃO SINDICAL RESPECTIVA:**

✓ Apoiar e participar da criação de uma nova federação nacional de servidores do MP, colaborando com o estudo e a solução dos problemas que se relacionam com a categoria.

❖ **ESTÍMULO E FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DOS SEUS REPRESENTADOS:**

- ✓ Reorganizar a composição dos representantes de base e fomentar a participação destes.
- ✓ Promover seminários para o fortalecimento da consciência de classe e da organização sindical;
- ✓ Promover cursos regionais de aperfeiçoamento;
- ✓ Fomentar a participação dos seus filiados nas ações sindicais.

QUEM SOMOS?

Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes: é graduada em Ciência da Computação (UFMA) com MBA em Governança de TI; exerce o cargo de Analista Ministerial – Especialidade Informática/Suporte desde 2008, porém é servidora do MP desde novembro de 2006, quando exercia o cargo de Técnica Ministerial – Especialidade: Informática; já foi Chefe da Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas em 2010 e Coordenadora da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação em 2011; mesma época em que foi Diretora de Finanças do Sindsemp/MA e , logo após, Representante de Base; é lotada na CMTI, em São Luís, e atualmente exerce o cargo de 1ª tesoureira na Associação dos Funcionários da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - ASFUPEMA.

Marciane Sousa Moreno Dutra: é graduada em Ciências Habilitação em Biologia (UEMA), pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (UEMA) e em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça ; exerce o cargo de Técnica Ministerial – Área: Administrativa desde 2006, tendo atuado nas Promotorias de Justiça João Lisboa, 2a. Promotoria Cível da Família e 2a. Promotoria de Justiça Especializada do Consumidor e Direitos Fundamentais, em Imperatriz, onde é sua atual lotação.

Joselice de Sousa Gonçalves: possui formação em Ciências Econômicas e Gestão de Recursos Humanos, Pós-graduanda em Administração Pública e Graduanda em Direito; exerce o cargo de Técnica Ministerial – Área: Execução de Mandados desde 2003, tendo atuado no Gabinete do Procurador José Argôlo Ferrão Coelho, junto ao TCE- MA; Promotorias de Justiça da Capital: 28ª Promotoria de Probidade, Na Execução de Mandados e Setor de Devolução de Processos, onde é sua atual lotação.

Letícia Soares Bezerra: possui graduação em Licenciatura Plena em Letras – Português/Francês (UFPI); especialização em Direito Constitucional (UESPI), exerce o cargo de Técnica Ministerial – Área: Execução de Mandados desde 2007, tendo atuado nas Promotorias de Justiça de Timbiras e Codó, onde é sua atual lotação.

Lucélia Gomes de Macedo: é bacharel em Direito, possui prática na advocacia, com OAB/PI atualmente suspensa devido à Resolução Nº 27/2008 do CNMP; especialista em direito público; ex-servidora do TCE-PB; exerce o cargo de Técnica Ministerial – Área: Execução de Mandados desde 2007, tendo atuado nas Promotorias de Justiça em Caxias, onde é sua atual lotação.